



**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 279/2013-PRH
ADVOGADO**

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA E PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

- Verifique se este caderno contém 40 questões e assine-o no local apropriado.
- Confira os dados da folha de respostas e assine-a no local apropriado.
- A marcação das letras na folha de respostas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta**, conforme exemplo:



- Na folha de respostas não poderá haver rasuras e não poderá haver mais de uma alternativa assinalada para cada questão; caso ocorra, a questão será anulada.
- Não haverá substituição da folha de respostas.
- A prova terá duração de 04 (quatro) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1h30min do início da prova.
- O candidato que necessitar utilizar o sanitário deverá solicitar ao aplicador de prova.
- Este caderno de prova não poderá ser levado. O candidato poderá transcrever as respostas para o rascunho abaixo e levá-lo consigo ao término da prova.

NOME DO CANDIDATO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

Maringá, 26 de janeiro de 2014.

✂Corte na linha pontilhada

UEM - Edital 279/2013-PRH – Concurso Público para a função de Advogado.

RASCUNHO – ANOTE AQUI AS SUAS RESPOSTAS

Questões	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Respostas																				
Questões	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Respostas																				

CRONOGRAMA:

- Divulgação do gabarito e do caderno de prova: 27-01-2014, às 17 horas.
- Entrega da **Ficha de Inscrição**: 27 e 28-01-2014 na Divisão de Recrutamento e Seleção da UEM, bloco 104, sala 28, em Maringá-PR, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.
- Publicação do resultado da prova objetiva: 07-02-2014, às 17 horas, no endereço www.uem.br/concurso.
- O caderno de prova ficará disponível em www.uem.br/concurso até a publicação do resultado da prova objetiva.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Questão 01

Tendo em vista o regime jurídico do processo administrativo e, bem assim, o posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal acerca do tema, classifique as afirmativas abaixo quanto à sua veracidade ou falsidade.

- () A sindicância é o procedimento preparatório ao processo administrativo disciplinar, não se prestando à imposição de penalidade.
- () Suposto vício na sindicância não contamina o processo administrativo disciplinar, desde que seja oportunizada a apresentação de defesa pertinente à relação fática descrita no relatório final da comissão.
- () A absolvição criminal negatória da existência do fato, ou de sua autoria, não afasta a responsabilidade administrativa do servidor pelo mesmo fato.
- () Falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar implica violação à Constituição Federal.

Assinale a alternativa que contempla corretamente a classificação das assertivas na ordem em que aparecem.

- A) V,V,F, F.
- B) V,F,V,F.
- C) F,V,F,V.
- D) V,F,V,V.
- E) F,F,V,V.

Questão 02

A competência é um dos elementos dos atos administrativos. Consoante a legislação vigente no Brasil, a competência

- A) constitui elemento tipicamente discricionário.
- B) integra o conceito do mérito administrativo.
- C) é irrenunciável e só pode ser exercida pelos órgãos administrativos a que tiver sido atribuída como própria, ressalvadas as hipóteses de delegação e de avocação.
- D) é delegável, sendo vedada a avocação, ainda que temporária.
- E) admite avocação, sendo vedada a delegação, ainda que em caráter precário.

Questão 03

Reportando-se aos princípios basilares da licitação previstos na Lei 8.666/93 e em suas alterações, é incorreto afirmar que a legislação brasileira adota o seguinte princípio:

- A) vinculação ao instrumento convocatório.
- B) julgamento objetivo.
- C) sigilo dos atos e das decisões da licitação.
- D) promoção do desenvolvimento sustentável.
- E) legalidade.

Questão 04

A Constituição Federal reconhece como direitos e garantias dos servidores públicos civis, **exceto**:

- A) salário-família.
- B) salário mínimo.
- C) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- D) repouso semanal remunerado.
- E) piso salarial correspondente à complexidade e à extensão do labor.

Questão 05

A regra do art. 37 da Constituição Federal que torna obrigatório o concurso público para admissão de servidores, pode ser excepcionada no caso de

- A) servidor transposto de uma carreira para outra.
- B) admissão de servidor já aprovado em concurso anterior para outro cargo.
- C) contratação sob regime estatutário nas autarquias.
- D) contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- E) contratação sob regime celetista em empresas públicas.

Questão 06

Quanto aos bens públicos, assinale a alternativa **correta**.

- A) Estão sujeitos à usucapião *pro labore*.
- B) Podem ser usucapidos, se atendida a função social da propriedade.
- C) Se urbanos, até 250 m², e se rurais, até 50 ha., sujeitam-se à prescrição aquisitiva, atendidos os requisitos de posse ininterrupta e sem oposição e os requisitos temporais.
- D) Não podem ser adquiridos por usucapião.
- E) Sujeitam-se à prescrição aquisitiva, independentemente de sua área.

Questão 07

Paciente internado no Hospital Universitário Regional de Maringá, que não possui gerador de emergência, falece em decorrência da interrupção da energia elétrica provocada por tempestade. Na defesa, a autarquia invoca a ocorrência de força maior para afastar a sua responsabilidade. Assinale a alternativa **correta** sobre esse argumento.

- A) É sustentável, pois a responsabilidade estatal na prestação de serviços públicos é lastreada na teoria do risco integral, o que afasta as causas excludentes de responsabilidade.
- B) Não é sustentável, pois não se trata de situação de força maior, mas sim de fato de terceiro, o que não autoriza a exclusão da responsabilidade estatal.
- C) Por se tratar de morte natural, decorrente de patologia contraída antes da internação o nexo causal não pode ser configurado, sendo desnecessária a invocação da excludente de força maior.
- D) Não se sustenta, porque a responsabilidade do Estado na prestação de serviços públicos é baseada na teoria do risco administrativo, o que afasta as causas excludentes de responsabilidade.
- E) Não se sustenta, pois a situação narrada situa-se na zona de previsibilidade, atraindo a responsabilidade subjetiva da autarquia, que tinha o dever de evitar o evento danoso.

Questão 08

Assinale a alternativa **incorreta** que completa o enunciado: Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial

- A) bens dominicais, se afetados a fins públicos específicos são inalienáveis, e por isso não podem ser objeto de locação, permuta ou de quaisquer relações jurídicas de direito civil.
- B) bens dominicais, se não afetados a fins públicos específicos, são alienáveis, e por isso podem ser objeto de locação, permuta ou de quaisquer relações jurídicas de direito civil.
- C) são passíveis de conversão em bens dominicais, por meio de sua desafetação, antes do que não podem ser objeto de espécie alguma de alienação.
- D) não podem ser alienados, exceto se houver alteração de sua qualificação na forma em que a lei determinar.
- E) Todas as alternativas anteriores são corretas.

Questão 09

Assinale, entre as entidades abaixo, aquelas que não se submetem à responsabilidade objetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

- A) Universidade Estadual de Maringá e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- B) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Caixa Econômica Federal.
- C) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Nacional do Índio (Funai).
- D) Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e Fundação Biblioteca Nacional (FNB).
- E) Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e Teatro Calil Haddad.

Questão 10

Em relação ao servidor público, assinale a alternativa **correta**.

- A) Tem posse e exercício condicionados à apresentação de declaração de bens e de valores que compõem o seu patrimônio privado, com exclusão de bens e de valores de patrimônios de quem vive sob sua dependência econômica.
- B) A exigência de declaração de bens e de valores que compõem o seu patrimônio próprio, exigida como *conditio* de posse e de exercício, não pode ser substituída por cópia da declaração anual de bens apresentadas à Delegacia da Receita Federal na conformidade com a legislação do imposto sobre a renda.
- C) Tem posse e exercício condicionados à apresentação de declaração de bens e de valores que compõem o seu patrimônio privado, sem exclusão de objetos e de utensílios de uso doméstico.
- D) Caso preste declaração falsa ou se recuse a prestar declaração de bens no prazo determinado, poderá ser punido com a pena de demissão.
- E) Só poderá ser punido com a pena de demissão na hipótese de recusa de prestar declaração de bens e de valores pessoais.

Questão 11

Nas licitações por pregão eletrônico, é **correto** afirmar que,

- A) após a declaração do vencedor, a falta de manifestação imediata e motivada de licitante, durante a sessão pública, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.
- B) após a declaração do vencedor, qualquer licitante poderá, no prazo de três dias, interpor recurso.
- C) após a declaração do vencedor, se interposto recurso no tríduo subsequente, os demais licitantes deverão ser intimados para apresentarem contrarrazões em três dias.
- D) após a declaração do vencedor, se interposto recurso no tríduo subsequente, os demais licitantes deverão ser intimados para apresentarem contrarrazões em cinco dias.
- E) após a declaração do vencedor, se interposto recurso na própria sessão pública, os licitantes deverão ser intimados para apresentarem contrarrazões, após vencido o prazo assinado, para apresentação das razões de recurso.

Questão 12

O art. 169 da Constituição Federal estipula que a despesa com pessoal ativo e inativo dos entes federados não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar, e a Lei Complementar 101/2000 determina que, em cada período de apuração, a despesa total com pessoal não poderá exceder a 60%. Na verificação do atendimento a esses limites,

- A) serão computadas as despesas decorrentes de decisão judicial.
- B) serão computadas as despesas decorrentes de indenização por demissão de servidores.
- C) não serão computadas as despesas relativas a incentivos à demissão voluntária.
- D) serão computadas as despesas relativas a incentivos à demissão voluntária.
- E) não serão computadas as despesas com inativos, se, por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação dos segurados.

Questão 13

O edital para a realização de concurso para provimento de cargos do Quadro Único do Estado do Paraná deve conter, obrigatoriamente, instruções sobre

- A) o número de vagas a serem providas, distribuídas por especialização; o prazo improrrogável de dois anos de validade; o limite de idade dos candidatos que não poderá exceder a trinta e cinco anos completos.
- B) o número de vagas a serem providas, distribuídas por especialização; o prazo prorrogável de dois anos de validade; o limite de idade dos candidatos, que não poderá exceder a quarenta e cinco anos completos.

- C) o número de vagas a serem providas, distribuídas por especialização; o prazo prorrogável de dois anos de validade; o limite de idade dos candidatos, que não poderá exceder a cinquenta e cinco anos completos.
- D) o número de vagas a serem providas, distribuídas por especialização; o prazo de dois anos de validade, com a possibilidade de prorrogação por um ano; o limite de idade dos candidatos, que não poderá exceder a quarenta e cinco anos completos.
- E) o número de vagas a serem providas, distribuídas por especialização; o prazo de dois anos de validade, prorrogável a juízo do Chefe do Poder Executivo.

Questão 14

No Estado do Paraná, considera-se estágio probatório o período de três anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do servidor no cargo efetivo para o qual foi nomeado. Tais requisitos são

- A) idoneidade moral; assiduidade; disciplina; eficiência.
- B) idoneidade moral; disciplina; eficiência; proatividade.
- C) probidade; assiduidade; ausência de faltas disciplinares; produtividade.
- D) idoneidade moral; disciplina; eficiência; conhecimento das funções.
- E) obediência aos superiores; assiduidade; respeito às normas.

Questão 15

Considera-se regime de tempo integral o exercício da atividade funcional sob dedicação exclusiva, vedado o exercício cumulativo de cargo, função ou atividade particular de caráter profissional ou público. Essa proibição

- A) se aplica mesmo à prestação de assistência não remunerada voltada à aplicação de conhecimentos técnicos, se solicitada através da repartição a que pertença o servidor.
- B) se aplica às atividades, sem caráter de emprego, que se dediquem à difusão e à aplicação de ideias e conhecimentos, excluídas as que impossibilitem a execução das tarefas inerentes ao regime de tempo integral.
- C) se aplica ao exercício em órgão de deliberação coletiva, mesmo que relacionado com o cargo exercido em tempo integral.
- D) não se aplica ao exercício em órgão de deliberação colegiada, desde que relacionado com o cargo exercido em tempo integral.
- E) se aplica mesmo nas hipóteses de cumulação de cargo previstas na Constituição Federal.

Questão 16

O servidor público casado com servidor público, na hipótese de este ser deslocado de ofício para servir em outro ponto do Estado ou do Exterior, terá assegurado o direito de remoção para cargo equivalente, no lugar de residência do cônjuge. Assinale a alternativa **correta**.

- A) O referido direito poderá implicar licença remunerada, caso não seja possível a remoção, pelo prazo máximo de dois anos.
- B) O referido direito será transformado em licença não remunerada, caso não seja possível a remoção, sem prazo determinado.
- C) O referido direito será transformado, caso não seja possível a remoção, em licença sem vencimento, mediante pedido devidamente instruído, que deverá ser renovável de dois em dois anos.
- D) O referido direito será transformado, caso não seja possível a remoção, em licença sem vencimento mediante pedido devidamente instruído, que deverá ser renovável de três em três anos.
- E) O referido direito será transformado, caso não seja possível a remoção, em licença não remunerada, podendo o servidor reassumir o exercício quando do regresso do cônjuge.

Questão 17

O servidor público do Estado do Paraná, após cada quinquênio de efetivo exercício, terá direito

- A) à licença especial de três meses, sem remuneração.
- B) à licença especial de seis meses, com vencimento ou remuneração e demais vantagens.
- C) à licença especial de um mês, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.
- D) à licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.
- E) apenas à percepção de adicional por tempo de serviço.

Questão 18

O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá

- A) em cinco anos, quanto aos atos de que decorram demissão, aposentadoria ou sua cassação e disponibilidade, e, em cento e vinte dias, nos demais casos.
- B) em cinco anos, prorrogáveis a critério da autoridade a qual estiver subordinado o servidor.
- C) em cento e vinte dias, improrrogáveis.
- D) em três anos, se voltado à reparação de dano moral.
- E) em cinco anos, se voltado à reparação de dano.

Questão 19

O servidor público que causar dano a terceiros, na hipótese de condenação da Fazenda Pública a indenizar o prejudicado, responderá

- A) apenas pelo ressarcimento e em ação regressiva, que pode ser ajuizada somente após o trânsito em julgado da decisão condenatória da Fazenda.
- B) pelo ressarcimento após o trânsito em julgado da decisão judicial, mas sem prejuízo de eventual sanção administrativa e penal.
- C) pelo ressarcimento da indenização e por eventual sanção administrativa, desde que após o trânsito em julgado da decisão judicial que comprovou seu dolo.
- D) apenas pelo ressarcimento ao Erário, independentemente do trânsito em julgado da decisão condenatória.
- E) apenas administrativamente, se o fato configurar também falta funcional.

Questão 20

Falta funcional de servidor público

- A) tem sua apuração condicionada a inquérito disciplinar precedido de sindicância, em qualquer hipótese.
- B) pode ser apurada de modo sumário, se a falta for confessada documentalmente provada ou manifestamente evidente, nas hipóteses em que se preveja a pena de advertência.
- C) só pode ser apurada mediante sindicância, nos casos cujo enquadramento possa redundar na pena de destituição de função.
- D) só pode ser apurada mediante procedimento administrativo instaurado pelo Ministério Público.
- E) tem sua apuração condicionada mediante devido processo legal no qual não se admite a revelia nem defensor designado *ex-officio*.

Questão 21

O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, segundo a Lei nº 9394/06. Assim

- A) qualquer cidadão pode acionar o Poder Público para exigí-lo, mas não entidade de classe.
- B) qualquer cidadão ou grupo de cidadãos pode acionar o Poder Público para exigí-lo, mas não entidade de classe.
- C) qualquer grupo de cidadãos ou organização sindical pode acionar o Poder Público para exigí-lo, mas não qualquer cidadão.
- D) qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, pode acionar o Poder Público para exigí-lo.
- E) qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, pode acionar o Poder Público para exigí-lo.

Questão 22

Nos termos da Lei 9394/96:

- A) O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas e afrodescendentes a utilização de suas línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem.
- B) O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e de seus processos próprios de aprendizagem.
- C) O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades latinas e indígenas a utilização de suas línguas maternas e de seus processos próprios de aprendizagem.
- D) O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígena, faxinalense e quilombolas a utilização de suas línguas maternas e de seus processos próprios de aprendizagem.
- E) O ensino fundamental regular será ministrado apenas em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de processos próprios de aprendizagem.

Questão 23

Nos termos do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá, só podem ser candidatos aos cargos de reitor e de vice-reitor

- A) brasileiros, integrantes da carreira docente da Universidade Estadual de Maringá, portadores do título de Mestre, estáveis na forma da lei e que estejam desenvolvendo atividades em Regime de Trabalho de Tempo Integral.
- B) brasileiros, integrantes da carreira docente da Universidade Estadual de Maringá, portadores do título de Doutor, estáveis na forma da lei e que estejam desenvolvendo atividades em Regime de Trabalho de Tempo Integral.
- C) brasileiros, integrantes da carreira docente da Universidade Estadual de Maringá, portadores do título de Doutor, estáveis na forma da lei e que estejam desenvolvendo atividades em Regime de Trabalho de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva.
- D) brasileiros, integrantes da carreira docente da Universidade Estadual de Maringá, estáveis na forma da lei e que estejam desenvolvendo atividades em Regime de Trabalho de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva
- E) brasileiros, integrantes da carreira docente da Universidade Estadual de Maringá, estáveis na forma da lei e que estejam desenvolvendo atividades em Regime de Trabalho de Tempo Integral.

Questão 24

Na vacância dos cargos de reitor e de vice-reitor da Universidade Estadual de Maringá, a Reitoria deve ser exercida por

- A) um membro de um dos conselhos superiores, indicado pelo Conselho Universitário em reunião convocada pelo conselheiro mais antigo na Instituição.
- B) um membro do Conselho Universitário, indicado por aquele Conselho em reunião convocada pelo conselheiro mais antigo na Instituição.
- C) um membro do Conselho de Administração, indicado pelo Conselho Universitário em reunião convocada pelo conselheiro mais antigo na Instituição.
- D) um membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, indicado pelo Conselho Universitário em reunião convocada pelo conselheiro mais antigo na Instituição.
- E) um membro do Conselho de Integração Universidade-Comunidade, indicado pelo Conselho Universitário em reunião convocada pelo conselheiro mais antigo na Instituição.

Questão 25

A Organização não governamental Ensino Livre recebeu do Estado do Paraná a qualificação social para atuar em área de relevância social onde não existem Instituições Estatais. Por isso,

- A) no que diz respeito à contratação de pessoal, submete-se ao regime celetista de emprego público, mediante concurso público de títulos e provas.
- B) no que diz respeito à contratação de pessoal, submete-se ao regime celetista, mas deve realizar concurso público de provas ou de provas e títulos.
- C) no que diz respeito à contratação de pessoal, não se submete ao regime celetista, mas ao regime público.
- D) no que diz respeito à contratação de pessoal, não se submete ao regime público.
- E) no que diz respeito à contratação de pessoal, só poderá contratar servidores públicos.

Questão 26

Autoridade pública que, intimada de decisão liminar concedida em mandado de segurança, cria embaraço à sua efetivação,

- A) fica sujeita à multa que pode ser fixada em até vinte por cento do valor da causa, que deve ser paga no prazo estabelecido contado do trânsito em julgado da decisão final da causa.
- B) fica sujeita à multa que será fixada de acordo com a gravidade da conduta em valor arbitrado pelo Juiz, que deve ser pago no prazo estabelecido contado do trânsito em julgado da decisão final da causa.
- C) fica sujeita à multa que será fixada de acordo com a gravidade da conduta, desde que não superior a vinte por cento do valor da causa, sem prejuízo de sanções criminais, civis e processuais cabíveis.
- D) fica sujeita a sanções criminais, civis e processuais cabíveis, mas não pode ser penalizada com multa, porque o ordenamento jurídico brasileiro não conhece o *contempt of court*.
- E) fica sujeita à multa que pode ser fixada em até vinte por cento do valor da causa, que deve ser paga no prazo estabelecido, independentemente do trânsito em julgado da decisão final da causa, e ainda a sanções criminais, civis e processuais.

Questão 27

A petição inicial de mandado de segurança que não seja instruída com a prova inequívoca da alegada ofensa a direito líquido e certo por ato ilegal ou abusivo de autoridade

- A) deverá ser liminarmente indeferida.
- B) somente será admitida se consignar o fato de esse documento estar de posse da autoridade coatora ou de terceiro.
- C) será regularmente processada, pois basta a simples alegação de violação a direito líquido e certo.
- D) implicará intimação do impetrante para emendá-la, sob pena de extinção do processo.
- E) somente será admitida se o impetrante provar que a autoridade coatora ou o terceiro se recusou a fornecê-la.

Questão 28

As autarquias estaduais e federais gozam de algumas prerrogativas processuais. Por isso, o INSS goza de

- A) prazo em dobro para recorrer, o que não exime a autarquia de comprovar, sempre, no ato de interposição do recurso, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.
- B) prazo em dobro para recorrer, e a isenção do respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, na esfera federal.
- C) prazo em dobro para recorrer, e a isenção do respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, seja na esfera estadual, seja na federal.
- D) prazo em quádruplo para recorrer, o que não exime a autarquia de comprovar, no ato de interposição do recurso, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.
- E) prazo em quádruplo para recorrer e a isenção do respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, na esfera estadual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Sem esforço e sem exemplo

(Lya Luft)

1 Não creio que a gente ande tão ruim de português por causa das redes sociais, dos torpedos no celular. Essa reclamação tem cheiro de mofo.

2 O interessante é que, embora digam que se lê pouco, as editoras vendem mais que nunca, bienais e feiras ficam lotadas, e mesmo assim não conseguimos nos expressar direito, nem oralmente nem por escrito. Se lemos mais, por que escrevemos e falamos mal?

3 Penso que, coisas verificadas há trinta anos em meus tempos de professora universitária, andamos com problema de raciocínio. Não aprendemos a pensar, observar, argumentar (qualquer esforço maior foi banido de muitas escolas), portanto não sabemos organizar nosso pensamento, muito menos expressá-lo por escrito ou mesmo falando. "Eu sei, mas não sei dizer", "Eu sei, mas não consigo escrever isso" são frases ouvidas há muito tempo, tempo demais.

4 A exigência aos alunos baixou de nível assustadoramente, e com isso o ensino entrou em queda vertiginosa. Tudo deve parecer brincadeira. Na infância, ensinam a chamar as professoras de *tias*, coisa com que, pouco simpática, sempre impliquei: *tias* são parentes. Professoras, ou o carinhoso *profes*, ou *pros*, são pessoas que estão ali para cuidar, sim, mas também para educar já os bem pequenos. Modos à mesa, civilidade, dividir brinquedos, não morder nem bater, socializar-se enfim da maneira menos selvagem possível.

5 Depois, sim, devem educar e ensinar. Sala de aula é para trabalhar; pátio é para brincar. Não precisa ser sacrifício, mas dar uma sensação de coisa séria, produtiva e boa.

6 Por alguma razão, lá pela década de 60, inventamos — melhor: importamos — a ideia de que ensinar é antipático e aprender, ou estudar, é crueldade infligida pelos adultos. Tabuada, nem pensar. Ortografia, longe de nós. Notas, abolidas: agora só os vagos conceitos. Reprovação seria o anátema. É preciso esforçar-se, e caprichar, para ser reprovado. Resultado: alunos saindo do ensino médio para a faculdade sem saber redigir uma página ou parágrafo coerente e em boa ortografia em seu próprio idioma!

7 O acesso à universidade, devido a esse baixo nível do ensino médio, reduziu-se a um facilitarismo assustador. Hordas de jovens entram na universidade sem o menor preparo. São os futuros bacharéis que não vão passar no exame da Ordem. Na medicina e na engenharia, o resultado pode ser catastrófico: ali se lida com vidas e construções. Em lugar de querer melhorar o nível desse ensino, cogita-se abolir o exame da Ordem. Outras providências desse tipo virão depois. Em vez de elevarmos o nível do ensino básico, vamos adotar o método da não reprovação. Em lugar de exigirmos mais no ensino médio, vamos deixar todos à

vontade, pois com tantas cotas e outros recursos vão ingressar na universidade de qualquer jeito.

8 Além do ensino e do aprendizado, facilitamos incrivelmente as coisas no nível da educação, isto é, comportamento, compostura, postura, respeito, civilidade. Alunos comem, jogam no celular, conversam, riem na sala de aula — na presença do professor que tenta exercer sua dura profissão — como se estivessem no bar. Tente o professor impor autoridade, e possivelmente ele, não o aluno malcriado, será chamado pela direção e admoestado. Caso tenha sido mais severo, quem sabe será processado pelos pais. Não estou inventando: nesta coluna não escreve a ficcionista, mas a observadora da realidade.

9 A continuar esse processo antieducação, e nos altos escalões o desfile de péssimos exemplos, impunidades, negociatas e deboches — além do desastroso resultado do julgamento do mensalão, apesar de firulas jurídicas —, teremos problemas bem interessantes nos próximos anos em matéria de dignidade e honradez. Pois tudo isso contamina o sentimento do povo, que somos todos nós, e pior: desanima os jovens que precisam de liderança positiva.

10 Resta buscar ânimo em outras pastagens, para não desistir de ser um cidadão produtivo e decente.

(Texto adaptado da Revista *Veja*, 9 de outubro de 2013, p. 26.)

Questão 29

Considere as afirmações seguintes sobre as informações apresentadas no texto.

- I. Segundo a autora do texto, o fato de as pessoas terem um desempenho ruim de português deve-se ao tempo dispensado nas redes sociais e aos torpedos enviados pelo celular.
- II. Segundo a autora do texto, as editoras vendem mais que nunca, embora seja recorrente a ideia de que as pessoas leem pouco.
- III. Segundo a autora do texto, as pessoas escrevem e falam mal porque não aprenderam a pensar, observar e argumentar; consequentemente, a falta dessas práticas impede a organização e a expressão do pensamento, seja pela fala, seja pela escrita.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) As afirmações I e II estão corretas.
- B) As afirmações I e III estão corretas.
- C) As afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 30

Considere as afirmações seguintes sobre as informações apresentadas no texto.

- I. Para a autora do texto, o fácil acesso à universidade é consequência do baixo nível do ensino médio.
- II. Para a autora do texto, exemplos de mau comportamento, de compostura, de postura, de respeito e de civilidade no contexto escolar também contribuem para os resultados ruins relacionados à educação.
- III. Para a autora do texto, os maus exemplos dos altos escalões contribuem para a existência do processo antieducação.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) As afirmações I e II estão corretas.
- B) As afirmações I e III estão corretas.
- C) As afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 31

Assinale a alternativa **incorreta** sobre o emprego das palavras no texto.

- A) No excerto "... portanto não sabemos organizar nosso pensamento, muito menos expressá-lo por escrito ou mesmo falando (terceiro parágrafo), a forma pronominal "-lo" remete a pensamento.
- B) No excerto "A exigência aos alunos baixou de nível assustadoramente" (quarto parágrafo), o advérbio "assustadoramente" modifica o verbo "baixar".
- C) No excerto "... ali se lida com vidas e construções." (sétimo parágrafo), o advérbio "ali" refere-se a "na universidade".
- D) No excerto "... facilitamos incrivelmente as coisas no nível da educação..." (oitavo parágrafo), o advérbio "incrivelmente" modifica o verbo "facilitar".
- E) No excerto "além do desastroso resultado do julgamento do mensalão" (nono parágrafo), o adjetivo "desastroso" qualifica o substantivo "resultado".

Questão 32

Considere as afirmações seguintes sobre as ocorrências da crase no texto.

- I. Em "O acesso à universidade" (sétimo parágrafo), o acento grave se justifica porque, no caso em questão, há uma preposição "a", que rege o nome "acesso", e um artigo "a", que determina a palavra universidade.
- II. Em "... vamos deixar todos à vontade..." (sétimo parágrafo), o acento grave se justifica porque "à vontade" é uma locução formada por palavra feminina.
- III. Em "Modos à mesa..." (quarto parágrafo), o acento grave se justifica porque o nome "modos" rege a preposição "a".

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 33

Leia os excertos seguintes.

"Não aprendemos a pensar..." (terceiro parágrafo)
"... nesta coluna não escreve a ficcionista, mas a observadora da realidade." (oitavo parágrafo)

As três ocorrências de "a" são, respectivamente,

- A) artigo, artigo, artigo.
- B) artigo, artigo, preposição.
- C) preposição, preposição, artigo.
- D) preposição, preposição, preposição.
- E) preposição, artigo, artigo.

Questão 34

No excerto "... vamos deixar todos à vontade, pois com tantas cotas e outros recursos vão ingressar na universidade de qualquer jeito." (sexto parágrafo), a palavra grifada denota ideia de

- A) comparação.
- B) concessão.
- C) conclusão.
- D) explicação.
- E) oposição.

Questão 35

No excerto “O interessante é que, embora digam que se lê pouco, as editoras vendem mais que nunca...” (segundo parágrafo), a palavra grifada denota ideia de

- A) comparação.
- B) concessão.
- C) conclusão.
- D) explicação.
- E) oposição.

Questão 36

No excerto “Não aprendemos a pensar, observar, argumentar (qualquer esforço maior foi banido de muitas escolas), portanto não sabemos organizar nosso pensamento...” (terceiro parágrafo), a palavra grifada **não** poderia ser substituída por

- A) “porquanto”.
- B) “por isso”.
- C) “por conseguinte”.
- D) “consequentemente”.
- E) “logo”.

Questão 37

Assinale a alternativa **incorreta** sobre a pontuação empregada no texto.

- A) No excerto “Se lemos mais, por que escrevemos e falamos mal?” (segundo parágrafo), o ponto de interrogação foi empregado para fazer uma pergunta direta.
- B) No excerto “Não aprendemos a pensar, observar, argumentar (qualquer esforço maior foi banido de muitas escolas)...” (terceiro parágrafo), os parênteses foram empregados para isolar um aposto.
- C) No excerto “Reprovação seria o anátema.” (sexto parágrafo), o ponto final foi empregado para encerrar uma frase declarativa.
- D) No excerto “Alunos comem, jogam no celular, conversam, riem na sala de aula...” (oitavo parágrafo), as vírgulas foram empregadas para separar elementos que exercem a mesma função sintática no período.
- E) No excerto “Não estou inventando: nesta coluna não escreve a ficcionista, mas a observadora da realidade.” (oitavo parágrafo), os dois pontos foram empregados para introduzir uma explicação.

Questão 38

Assinale a alternativa **correta** sobre a acentuação gráfica de palavras retiradas do texto.

- A) As palavras péssimos e próximos são acentuadas porque são paroxítonas terminadas em -os.
- B) As palavras providências e jurídicas são acentuadas porque são paroxítonas terminadas em -as.
- C) As palavras década e página são acentuadas porque são oxítonas terminadas em -a.
- D) As palavras pátio e médio são acentuadas porque apresentam hiato.
- E) As palavras nível e possível são acentuadas porque são paroxítonas terminadas em -L.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 39

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente a(s) seguinte(s) medida(s):

- A) advertência.
- B) detenção de até 180 dias.
- C) reclusão de 30 dias.
- D) prestação de trabalho forçado.
- E) inserir o adolescente em programa oficial de auxílio e assistência social.

Questão 40

A medida de internação só poderá ser aplicada quando

- A) houver cometimento de infrações leves.
- B) tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.
- C) cometer duas ou mais infrações leves.
- D) houver descumprimento da medida de advertência anteriormente imposta.
- E) o adolescente deixar de cursar o ensino fundamental obrigatório.